

PANORAMA DOS PARQUES PAULISTANOS A PARTIR DE VISITAS EM GRUPO PROMOVIDAS PELO CPF SESC

Francine Sakata¹

RESUMO

Este artigo visa registrar a experiência de dois cursos organizados por Francine Sakata e Marcos Toyansk em 2022, que envolveram visitas a parques paulistanos com aulas-palestras ministradas no percurso de ida dentro do ônibus e nos locais selecionados para visita. A autora vem estudando a história e a criação dos parques urbanos no país, partindo das premissas de que os parques, neste início do século XXI, têm como principal papel a aproximação do homem com a natureza e de que a qualidade desta relação pode conduzir a ações de preservação ambiental. A visita aos parques contribui para atualizar o conhecimento sobre eles e o envolvimento do grupo de visitantes como interlocutores integra-se à metodologia de pesquisa. Organizadores, palestrantes convidados e participantes, muitos deles envolvidos com a gestão de espaços públicos, trouxeram questões e produziram reflexões que poderão ser desenvolvidas e contribuir com o tema.

Palavras-chave: Parques Urbanos. Parques Públicos. Trilhas. Educação Ambiental. São Paulo.

ABSTRACT

This article aims to describe the experience of two courses organized by Francine Sakata and Marcos Toyansk in 2022, which involved visits to parks in São Paulo with lectures that were given on the way out on the bus. The author has been studying the history and creation of urban parks in the country. She works with the premises that parks, at the beginning of the 21st century, have the approximation of man with nature as their main role and that the quality of this relationship can lead to environmental preservation actions. Visiting the parks helps to update knowledge about them and the involvement of the group of visitors as interlocutors constitutes a research methodology. Organizers, guest

¹ Arquiteta paisagista, com doutorado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É professora e pesquisadora associada do Laboratório Quapá, da FAU-USP, e projetista associada à RGM Arquitetos. E-mail: francinesakata@gmail.com.

speakers and participants, many of them involved in park management, raised questions and produced reflections that could be developed and contribute to the subject.

Keywords: Urban Parks. Public Parks. Trails. Environmental Education. São Paulo.

A SALA DE AULA FOI PARA O ÔNIBUS

Para chegar à Pedra Grande, no Parque Estadual da Cantareira, na Zona Norte da cidade de São Paulo, deve-se seguir por uma trilha em meio à mata, com entrada pelo Horto Florestal. A chuva leve havia parado e o grupo do curso Parques Urbanos em São Paulo: cidade em expansão, do Centro de Pesquisa e Formação (CPF), do Sesc-SP, se aventurou a fazer o percurso. Era um grupo bastante diverso em termos de idade e formação, mas semelhante em curiosidade e generosidade. Naturalmente, durante a trilha, a chuva recomeçou, desta vez caindo com peso, e as capas plásticas não foram suficientes para impedir que as roupas ficassem ensopadas. Neste momento surgiu a preocupação com os solados escorregadios e com os companheiros de passadas mais lentas. A previsibilidade deu lugar ao novo e inusitado. A vista para a cidade que se tem da Pedra Grande deu lugar a um quadro branco. Mal se viam os companheiros ao longe, que dirá a cidade distante. Paradoxalmente, o que poderia ser frustração, dado o esforço empreendido para chegar àquele mirante, se transformou em tiradas bem-humoradas e risos. E os vínculos no grupo se fortaleceram.

É muito mais interessante, para que as pessoas se comprometam com a preservação ambiental, que tenham tido uma experiência positiva com a natureza, como a caminhada por uma trilha em meio à mata ou um mergulho no mar junto com peixinhos. Notícias tristes de árvores derrubadas, lixo lançado em rios e mares e tartarugas sufocadas são importantes, mas acabam por não ter o mesmo efeito transformador nas pessoas. É a presença física em ambientes naturais que traz a emoção, o amor e, com isso, o engajamento. A lama das trilhas, o frio das cachoeiras, a companhia dos animais e o cansaço são, paradoxalmente, fontes de satisfação, e a sensação de que isso é muito importante para nossas vidas é o motor emocional para mudar as atitudes das pessoas, levar a repensar seus hábitos, a apoiar e a financiar ações a favor do meio ambiente. A informação e o conhecimento são complementares para que dirijamos nossa energia às ações mais racionais. Isto é ensinado pelos professores Flávio Berchez

e Roberto Sakamoto, que têm trabalhado com educação ambiental e foram palestrantes convidados deste curso. E esta lição tem em sido um norte para mim, que venho tratando de parques e hoje os entendo como equipamentos públicos que proporcionam às pessoas que residem nas cidades o contato e a possibilidade de desenvolver experiências positivas com os recursos naturais e com seus corpos e seus sentidos em exercício, sós ou junto com família e amigos, em meio a seres humanos estranhos, mas em comunhão através das mesmas necessidades de experiências e de vínculos.

O curso Parques Urbanos em São Paulo teve dois módulos, compreendendo visitas a parques da cidade para apresentá-los e para discutir temas relacionados a eles. O primeiro foi realizado em maio e junho de 2022 e incluiu os parques: da Água Branca, da Juventude, Paraisópolis, Burle Marx, Villa-Lobos e Estadual do Jaraguá. Esse conjunto de parques foi selecionado por eles serem representativos como parques urbanos e bastante conhecidos (com exceção do Parque Paraisópolis, aberto em 2020), o que gera curiosidade em quem nunca os visitou, e porque oferecem uma visão de questões variadas, como a presença da vegetação e cursos d'água em meio à malha urbana, o amor do público, programas de uso extensos e público de estratos sociais variados, desafios de gestão e, no caso da última visita, a incompatibilidade entre o plano de manejo do Parque do Jaraguá e a Terra Indígena demarcada. Dada a diferença de perfil dos participantes, os “eixos” homem, cidade e natureza foram tomados como ponto de partida das conversas, por sua universalidade.

Foto 1: peça de divulgação do primeiro módulo do curso.

Presencial

Parques urbanos em São Paulo

Dias 13/5 e 1/7, sextas, das 15h às 17h30.
De 20/5 a 24/6, sextas, das 13h às 17h30.



Atividade apresenta e visita parques da cidade e discute o papel desses espaços de lazer e de conservação ambiental, trazendo questões sobre a relação homem-cidade-natureza, os padrões de expansão urbana, a construção dos parques, as apropriações sociais e a participação na gestão e na manutenção.

Com Francine Sakata, José Luiz Brenna, Flávia Bueno, Marcio Boggarim, Ana Lucia Burjato de Faria e Jurandir Jekupe.

Inscrições a partir de 28/4/2022
sescsp.org.br/cpf



Fonte: Sesc—SP, com foto do Parque da Juventude do Acervo do Quapá/FAU-USP.

Foto 2: interior do ônibus.



Foto: Francine Sakata.

O segundo módulo foi realizado em outubro e novembro de 2022, intitulado Parques Urbanos em São Paulo: cidade em expansão. O primeiro módulo havia mostrado que era possível sair e retornar à sede do Centro de Pesquisa e Formação, na avenida Nove de Julho, até parques mais distantes no intervalo das 13h às 18h. Para o segundo, foram eleitos o Parque do Carmo, o Parque Ecológico do Tietê, o Parque da Ciência Butantan, o Parque da Cantareira, o Parque Augusta (o único na região central) e, novamente, o Parque do Jaraguá, para completar a visita anterior. Este novo conjunto trazia a oportunidade de discutir ainda mais questões: a disputa da terra urbana entre os fins de preservação e de habitação; o impacto dos fragmentos florestais nas questões climáticas e a educação ambiental.

As explicações da organizadora sobre os parques e as palestras dos convidados começavam na viagem de ida, dentro do ônibus, tal como fazem os guias de turismo. E assim aproveitamos o percurso, enquanto a cidade passava como um filme pelas janelas do ônibus (foto 2).

As visitas contaram com cerca de vinte participantes de perfis variados, como servidores públicos, aposentados, professores do Ensino Fundamental e Médio, arquitetos, estudantes de arquitetura, uma participante de conselho de parque público, uma funcionária de concessionária de gestão de parque e público em geral, com idades entre 20 e 70 anos. Os alunos e alunas foram convidados a refletir e a registrar o que vivenciaram, ora de forma mais estruturada (em grupo, com anotação em papel e tempo para apresentação), ora espontaneamente. E, uma vez que vivem em diferentes partes da cidade e carregam experiências prévias, os participantes contribuíram também com informações sobre os bairros da cidade, históricas e cotidianas.

A concessão dos parques públicos a empresas privadas para desonerar os cofres públicos dos custos de manutenção tem entrado na pauta das administrações municipais e estaduais e, cada vez mais, também da sociedade civil e da imprensa. Ainda que o orçamento das secretarias de Verde e Meio Ambiente seja muito reduzido comparado ao das demais, os custos sob sua responsabilidade são crescentes, dada a ampliação no número de parques e o desejo de seguir ampliando. As concessões são um processo em curso que está na agenda dos administradores públicos de todo o espectro político, e parece que não sairá dela tão cedo. A possibilidade de novas fontes de receita tem o apelo de uma galinha dos ovos de ouro, por isso a concessão também apareceu em nossa pauta de questões e preocupações. A todo tempo eram pesadas vantagens e desvantagens da transferência da gestão dos parques para entes privados. Entendemos que nenhum contrato ou gestão é perfeito e há que existir espaço para correções. O grupo sentiu desconforto, por exemplo, com a presença da propaganda de grande

tamanho no Parque Villa-Lobos. No fundo, o objetivo do presente texto é trazer reflexões a serem desenvolvidas e, com isto, contribuir com a visitação e a gestão de parques públicos e, por conseguinte, com a proteção de recursos naturais.

O CONCEITO DE PARQUE URBANO E SUA REPRODUÇÃO

Em 2002, Silvio Macedo e eu fomos autores do livro *Parques urbanos no Brasil*, fruto do trabalho de pesquisa do Laboratório Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil da FAU-USP, que busca catalogar e divulgar o acervo nacional de projetos de paisagismo através de parques, praças e calçadas. Naquela publicação, conceituamos o parque urbano brasileiro do século XX como um espaço fundamentalmente destinado ao lazer de massa e, portanto, multifuncional, ou seja, com diferentes opções de lazer, esporte, recreação e contemplação. Como espaços de lazer de massa, parques em geral têm dimensões maiores que praças, mas não há uma medida padrão. Parques têm a qualidade de proporcionar a sensação de retiro do contexto urbano — dos prédios, ruas e carros —, ainda que haja praças com essa característica. A presença de recursos naturais é uma qualidade adicional e desejável nos parques, uma vez que as cidades vinham sendo ampliadas e adensadas e o campo cada vez se encontrava mais distante. Para nós, na época da pesquisa no Laboratório Quapá, dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a presença de recursos naturais não era o que de fato qualificava um parque como tal, mas a função de lazer de massa.

Os parques ainda assumiam papel de valorização e embelezamento das cidades, que foi muito característico dos parques e praças do século XIX. A emergência do exercício físico no cotidiano, recomendado indistintamente a jovens e velhos, homens e mulheres, impulsionou o uso dos parques no final do século XX.

A associação com recursos naturais, como bosques, lagos, rios e colinas, e a contribuição para a permeabilidade e para a contenção de águas das chuvas eram desejáveis e tornavam o parque uma peça de infraestrutura urbana e um recurso para preservação ambiental. Com a emergência da questão ambiental, essa associação foi se tornando mais forte e os parques passaram a ser criados prioritariamente como espaços de preservação e, secundariamente, como espaços de lazer.

Na pesquisa intitulada *Parques Urbanos no Brasil: 2000-2017* (SAKATA, 2018), selecionei catorze capitais brasileiras² e contei o número de parques, distinguindo entre os que foram criados até o ano 2000 e depois dessa data. Muitas cidades contam com parques municipais e estaduais, criados e mantidos por secretarias diferentes, e os critérios de categorização como parques nem sempre fazem sentido. Por exemplo, há “parques naturais” que ficam em meio à malha urbana e que são mais equipados (com quadras e outras estruturas) que parques ditos urbanos. Há casos de parques que não foram qualificados para receber visitação e que a vizinhança nem tem conhecimento de sua existência. Enfim, a contagem foi feita tomando como critério algum reconhecimento como parque, a posse pública, a inserção no município e que estivessem abertos à visitação.

O resultado foi que, entre 2000 e 2017, nas catorze capitais pesquisadas (não considerando as regiões metropolitanas) foram contados 240 parques novos, que se somaram aos 205 existentes, totalizando 445 parques no conjunto. Ou seja, em vinte anos, o número quase dobrou. Em São Paulo, foram contados 40 parques implantados antes de 2000 e 76 entre 2000 e 2017, somando 116.

Os tipos de parques aumentaram, e o conceito de parque urbano foi ficando cada vez menos claro. Isto se deu principalmente em função da emergência da questão ambiental, que acaba aproximando a motivação de existir dos parques urbanos à dos parques naturais, o que nos levou a revisar aquela definição de parque urbano vigente no século XX, que os caracterizava como espaços para a recreação de massa. Neste início de século XXI, vimos que a ideia “parque” vem sendo utilizada principalmente associada à preservação ambiental. O parque urbano brasileiro do século XXI é um espaço livre público destinado ao lazer ou à conservação ambiental. Idealmente, os dois papéis devem se somar, porque é a resposta mais eficiente para essas duas importantes questões, e ambas apresentam graves e urgentes carências em nossas cidades. Mas, neste início do século XXI, a gestão e as formas de apropriação social das reservas urbanas ainda não estão equacionadas.

Em todos os novos parques utilizou-se o discurso ambiental, o que serviu para garantir a reserva da terra ou para a obtenção de recursos ou, simplesmente, para aumentar a visibilidade na propaganda política. Umas das principais formas de viabilizar a criação de parques em São Paulo, Brasília, Vitória e Goiânia foram os termos de compensação ambiental ou os termos de ajustamento de conduta, que são, basicamente,

2 São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Distrito Federal, Curitiba, Campo Grande, Manaus, Vitória, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belém e Porto Alegre.

multas aplicadas a quem cometeu ou cometerá um dano ao meio ambiente. É um instrumento recente e fruto da evolução da legislação ambiental, que não se desenvolveu igualmente em todos os Estados. Em São Paulo, as compensações ambientais foram inicialmente feitas com a doação de mudas de árvores, mas com o tempo, compreendeu-se que era mais interessante que o poder público as aproveitasse para terceirizar não só a coordenação dos projetos, mas o desenvolvimento deles e a execução das obras. Com isto, a Prefeitura pôde, entre 2005 e 2014, implantar 71 parques por toda a cidade.

CRIAÇÃO DE PARQUES EM SÃO PAULO E SUA DISTRIBUIÇÃO

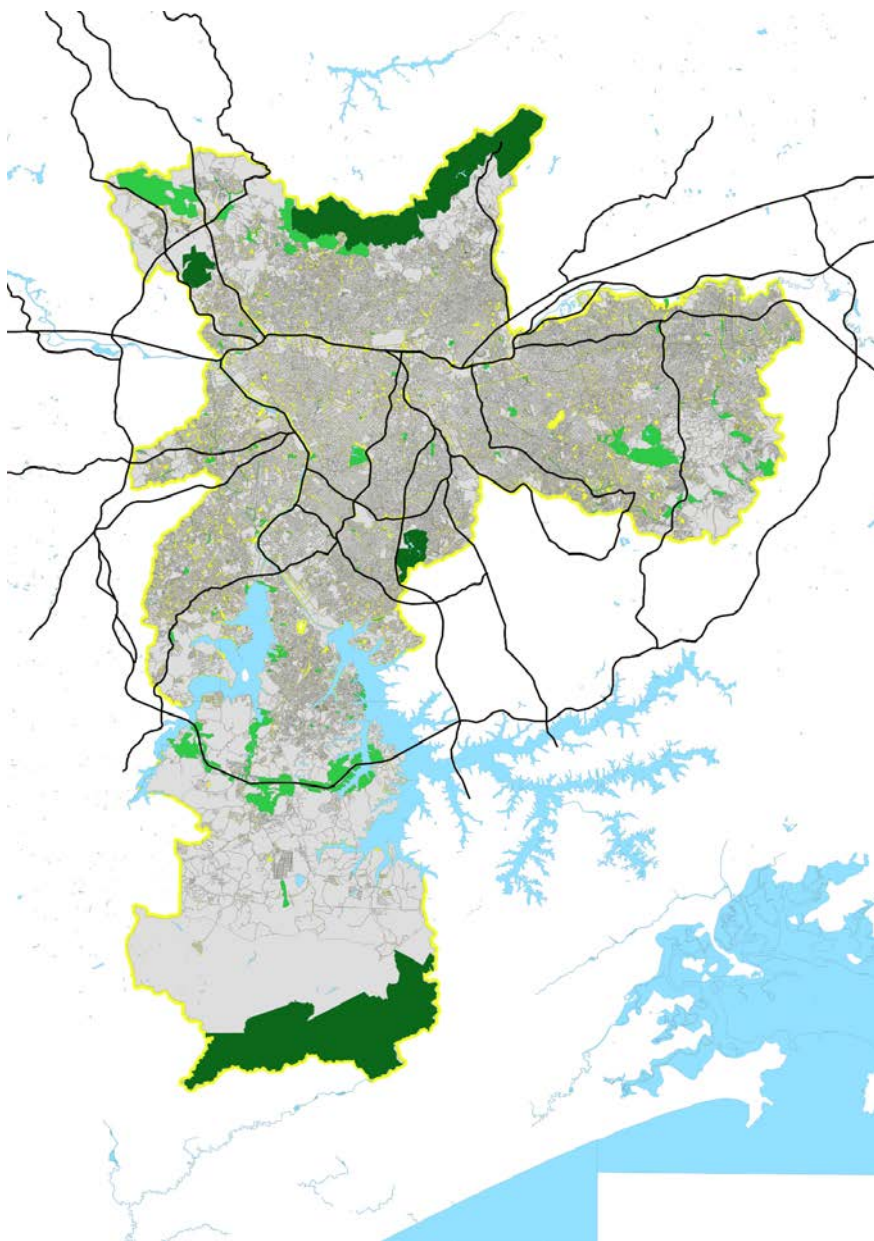
O primeiro parque de São Paulo foi o Jardim da Luz, aberto ao público em 1825, ainda com a função de jardim botânico. Em 1892, foram feitos o Parque Trianon e o Parque da Aclimação e, em 1898, o Horto Florestal. O Parque da Água Branca é de 1929; o Guarapiranga, de 1937 e o Ibirapuera, de 1950. É na segunda metade do século XX que a provisão de parques pelo poder público dá um salto, com destaque para um conjunto implantado nos anos 1970, com projetos característicos do paisagismo modernista (CASIMIRO, 2020).

O Programa 100 Parques para São Paulo, executado entre 2008 e 2012, representou um segundo salto na criação de parques na cidade, que elevou o número de parques municipais oficiais de 34, em 2005, para 102, em 2012. A valorização de ações relacionadas ao meio ambiente foi o que garantiu a destinação de recursos. Ao menos no discurso, o papel principal que os parques passaram a ter foi o ambiental. A função social dos parques como equipamentos de lazer ficou em segundo plano.

Até 2005, eram seis os parques estaduais com usos de lazer no município de São Paulo: Horto Florestal, Villa-Lobos, Fontes do Ipiranga, Ecológico do Tietê, Ecológico do Guarapiranga e Água Branca. Nos dez anos seguintes, o Governo do Estado criou dois grandes parques na capital: Juventude e Belém. O Parque Villa-Lobos foi ampliado e criou-se o Parque Cândido Portinari em área contígua. O conjunto de parques sob a gestão do estado compreende equipamentos de maior porte e abrangência de atendimento em relação aos geridos pelo município. Os parques mais frequentados são: Villa-Lobos/Cândido Portinari (500 mil visitantes/mês); Água Branca (250 mil visitantes/mês); Juventude (150 mil visitantes/mês); Ecológico do Tietê (330 mil visitantes/mês); Alberto Löfgren (110 mil visitantes/mês), e mesmo o Ecológico do Guarapiranga (25.600 visitantes/mês). Os parques do Belém (45 mil visitantes/mês) e Ecológico

do Tietê têm capacidade para mais frequentadores, mas, provavelmente devido à dificuldade de acesso, apresentam baixa frequência. Os parques municipais, com exceção do Ibirapuera e o do Carmo, apresentam abrangência de público mais de vizinhança³.

Figura 1: mapa com a localização dos parques existentes antes de 2000 (verde escuro) e depois de 2000 (verde claro).



Fonte: elaborado por Francine Sakata e Caroline Ribeiro.

3 Não foi contado o Parque Pomar Urbano, na marginal do rio Pinheiros, às margens do canal do rio Pinheiros (SAKATA, 2018). Dados de visitação de 2017 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A Zona Norte abriga um conjunto de parques de grande porte, sendo os mais frequentados aqueles mais próximos da várzea do Tietê, no caminho entre essa região e as outras partes da cidade, caso do Parque da Juventude. Essa região tem potencial para a criação de um conjunto de parques urbanos de recreação e lazer especialmente nas franjas da urbanização da Zona Norte com a serra da Cantareira. Entretanto, quanto mais ao norte, mais fragmentado o tecido urbano, e esses parques tendem a ter caráter mais “natural” — caso do Parque Estadual do Jaraguá e do Parque Municipal Anhanguera.

Na Zona Sul, as represas seguem pouco acessíveis como equipamento público, todavia existem projetos para as orlas, os *waterfronts* paulistanos, que têm grande potencial para apropriação. A Prefeitura conseguiu reservar áreas importantes, como os parques Bororé, Varginha e Itaim, com recursos da compensação ambiental do licenciamento do trecho sul do Rodoanel. Até 2018, faltavam funcionários e recursos para gerir as áreas, mas a criação das reservas foi um avanço. Nas franjas da Zona Sul, a urbanização é fragmentada e de difícil acesso. Nessa parte do município, nosso grupo visitou os parques Paraisópolis e Burle Marx, distantes das represas, mas em um bairro, o Morumbi, que também se caracteriza pela urbanização fragmentada, com ruas que não se conectam.

Tanto na Zona Norte como na Zona Sul, há ainda extensas áreas de floresta com gestão ainda não equacionada. O programa de criação de parques (2008–2012) demarcou como de Utilidade Pública (DUPs) vários terrenos nas bordas do Parque da Serra da Cantareira, na Zona Norte, para que fossem comprados pela municipalidade nos anos seguintes. Se convertidos em parques, teriam o papel de área de amortecimento para a Cantareira, mas não foram pagos no período dos cinco anos previstos, e os decretos prescreveram. Um dos únicos parques concretizados na Zona Norte foi o do Canivete, com mata ciliar em processo de recuperação, e o Parque Brasilândia, com ordem para criação desde 2012 e uma comunidade organizada lutando por sua criação, mas ambos sofrem com o avanço das ocupações (SANDRE, 2017).

Na Zona Leste há bairros com parques, mas grandes trechos da Zona Leste não contam com nenhum. Aqueles com melhor infraestrutura — o Estadual do Belém e o municipal Piqueri — são bastante próximos, junto aos bairros com a melhor renda da região. O Programa 100 Parques buscou criar parques lineares na Zona Leste, mas alguns não vingaram por não possuírem boa localização para a apropriação (NAGANO, 2018). O Parque Linear do Córrego Tiquatira e as ciclovias — com destaque para a ciclovia sob o viaduto ao longo da avenida Salim Farah Maluf — foram alternativas interessantes para o atendimento da demanda de lazer.

Visitamos, nos cursos, o Parque Ecológico do Tietê, que tem uma área extensa mas acesso muito difícil, e o Parque Natural Fazenda do Carmo, em Itaquera.

No Centro-Sul e Oeste do município, regiões onde a renda da população é comparativamente mais alta, houve grandes investimentos imobiliários nas duas últimas décadas e, na provisão de parques, os destaques foram a criação do Parque do Povo (2008), Chácara do Jockey (2016) e Augusta (2021). O terreno onde foi criado o Parque Augusta abrigava um bosque remanescente e foi objeto de disputa entre grupos sociais organizados, as construtoras que pretendiam erguer duas torres corporativas e a Prefeitura. Durante a gestão 2013–2016, a Prefeitura tentou mediar um acordo entre as construtoras e os movimentos, propondo que o empreendimento imobiliário conseguisse conciliar a construção das torres com a abertura do térreo para a população e a preservação da vegetação. Argumentava-se que a desapropriação geraria enorme investimento público em área já servida por infraestrutura e, portanto, não prioritária, e que a gestão privada permitiria a existência de áreas de uso público com horários de funcionamento mais flexíveis e manutenção compatível com os tipos e níveis de uso previstos. O acordo não avançou, e a Prefeitura acabou adquirindo o terreno, com pagamento em potencial construtivo, e implantando o parque.

AS VISITAS DOS CURSOS DO SESC E REFLEXÕES DOS PARTICIPANTES

No primeiro encontro, convidamos os participantes a eleger um eixo: homem, cidade ou natureza, e, em grupo, conversarem sobre esses temas, relacionando-os àquilo que já sabiam sobre os parques paulistanos. A proposta, “homem” comportava as questões relacionadas ao uso e à apropriação do espaço urbano; “cidade”, a relação com o entorno e questões como qualidade das moradias, mobilidade, segregação ou inclusão social; “natureza”, os “serviços” ambientais que o parque presta para o restante da cidade, como abrigar diversidade biológica, amenizar o clima, reter água da chuva, aumentar a permeabilidade do solo, propiciar a contemplação. Esta dinâmica, em grupos, foi posteriormente repetida em alguns dos parques visitados, às vezes guiada por uma matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

No segundo módulo, como os deslocamentos eram mais longos, a proposta foi que as discussões partissem da questão: “como favorecer a visita neste parque?”. Os participantes foram incentivados a, além de relatar a visita, registrá-la em fotografias e postagens e compartilhá-las.

Nos tópicos a seguir, busco sintetizar o olhar do grupo sobre os parques nestas visitas e os pontos destacados nas discussões, a partir do meu registro do que eu trouxe ao curso como antecedente e como proposta.

- Parque da Água Branca

O parque foi criado em 1929 para ser um recinto de exposições e provas zootécnicas e conta com uma série de pequenas edificações em meio a jardins densamente arborizados. Foi selecionado para a visita em função de sua diversidade, tanto de tempos históricos como de usos e de estratos sociais entre os usuários, e isto foi percebido na visita. Fomos recebidos por dois monitores e pela gestora do parque, todos muito atenciosos. A concessão da gestão do parque estava em processo e foi firmada quatro meses após a visita.

A apresentação dos monitores versou sobre a história do parque, as dificuldades para lidar com as edificações por serem tombadas⁴, a gestão das aves e dos cavalos da polícia que treinam no parque e sobre a visitação de modo geral. O grupo relatou que a recepção dos monitores (que também trabalhavam como cuidadores do espaço, dos bichos e das pessoas) transformou a visita em uma experiência mais verdadeira e interessante.

A presença maciça de aves, especialmente galinhas, patos e pombas, chama a atenção e remete ao ambiente rural. Outro destaque desta visita foi o baile da terceira idade, que reunia muitos frequentadores e que claramente estavam tendo ali vida social de qualidade em uma fase da vida em que é frequente a reclusão e o isolamento.

Há uma APP (Área de Preservação Permanente) de um corpo d'água dentro do parque e há o esforço, através do plantio de arbustos, por isolar esse trecho dos passantes. Há uma passarela suspensa acima do solo, mas a entrada a ela é vetada sem a presença do monitor. Os participantes do curso repararam que há espécies vegetais exóticas, como pinheiros, palmeiras seafórtia e hibiscos, que estão sendo mantidas com o status de vegetação nativa porque era o que existia na APP no momento da demarcação.

4 Em 1996, o Condephaat tombou o parque como bem cultural, histórico, arquitetônico, turístico, tecnológico e paisagístico.

Foto 3: Parque da Água Branca.



Foto: Roberto Sakamoto.

• Parque Villa-Lobos e Cândido Portinari

Implantados junto à Marginal Pinheiros, em meio a um bairro de alto padrão, estes dois parques são contíguos e percebidos como um único parque. Estavam em boas condições no momento da visita e sem a multidão de usuários que aflui nos finais de semana. Os parques podem ser acessados pela linha de trem Esmeralda, paralela à Marginal Pinheiros, a partir da Estação Villa-Lobos–Jaguaré, que tem uma passarela ligando-a ao parque. A viabilização dessa passarela contou com a participação de uma das palestrantes do curso, a arquiteta Ana Lucia Burjato de Faria, que cuidou da manutenção do parque nos anos 2010. A visita nos finais de semana é maciça, por um público de idades e estratos sociais variados.

A visita à biblioteca foi a primeira boa surpresa: aberta, democrática e muito bonita. A companhia da palestrante contribuiu para que o grupo criasse um vínculo com o espaço a partir do cuidado. Ana Lucia relatou a dificuldade na obtenção de verbas, mesmo para pequenas ações de manutenção de bebedouros e outros elementos construídos, e ressaltou a importância do convênio com a Companhia do Metrô e o Cirque du Soleil. Este, aliás, estava instalado no parque durante a visita, construindo uma grande roda gigante em um terreno reservado. A concessão já começava a

mostrar a presença dos signos das empresas conveniadas, mas ainda em atrações “gratuitas”: a marca de roupas na pista de skate, a rede de produtos para *pets* no “cachorródromo”.

Foto 4: Parque Villa-Lobos.



Foto: Caroline Ribeiro.

- Parque da Juventude

Trata-se de um parque urbano de grande porte, com projeto paisagístico singular desenvolvido pela arquiteta paisagista Rosa Kliass e por José Luiz Brenna, que nos acompanhou na visita. A conversão da área da penitenciária em parque foi feita após o massacre do Carandiru em 1992 e teve como objetivo ser símbolo de esperança para um futuro melhor. A história do local tem impacto nos visitantes e ativa a sensibilidade.

O parque foi dividido nos setores esportivo (quadras, pista de skate e playground), contemplativo (a parte central, com gramados, árvores e caminhos serpenteantes) e cultural (biblioteca, praça e escola técnica, cujo

edifício foi construído sobre a estrutura de concreto de um dos pavilhões da antiga penitenciária). Desta maneira, as partes podem funcionar em horários diferentes, com as quadras ficando abertas até mais tarde. A biblioteca é similar à do Parque Villa-Lobos, porém com uso mais diverso, permitindo a inclusão digital de moradores do entorno. O parque faz divisa com áreas de moradia de diversos estratos sociais. A presença de muitos jovens em uma sexta à tarde, mesmo em um dia cinza, deixou o parque ainda mais bonito.

Em vez dos tradicionais alambrados em torno das quadras, há painéis soltos que cumprem o papel de reter as bolas, mas sem fechar as quadras. José Luiz explicou que a ideia por traz dos painéis é manter as quadras menos fechadas e, desta forma, tornar seu uso mais democrático, desfavorecendo a “posse” por grupos que tomam as quadras. José Luiz também comentou o piso original de solocimento e a falta de manutenção que acarretou sua substituição pelo intertravado de concreto. Falou do projeto de plantio concebido originalmente e como ele se perdeu por causa do descuido das equipes de manutenção. As peças de madeira da passarela também careciam de cuidados. Mesmo parques importantes e bem visitados sofrem com a falta de recursos. Ainda assim, muitos visitantes relataram que foi o parque que mais os surpreendeu.

Foro 5: Parque da Juventude.



Foto: Caroline Ribeiro.

- Parque Paraisópolis

O Parque Paraisópolis é o mais recente deste conjunto e tem caráter de parque de vizinhança. Foi projetado em 2012, no âmbito do Programa 100 Parques, pelos arquitetos Fabio Namiki, Francine Sakata e Carlos

Vaz, em parceria com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município. O parque fica junto à comunidade de Paraisópolis, que foi qualificada como bairro à medida que os moradores foram se organizando e foram sendo atendidos pelas gestões públicas. Posto de saúde e escolas, juntamente com o parque, têm melhorado a qualidade de vida dos moradores.

Era o primeiro dia das férias escolares, e o parque estava repleto de crianças pequenas e de mães. Foi muito emocionante para mim vê-lo funcionando e com significado para a comunidade. Um funcionário do parque conversou conosco e ficou patente seu engajamento no trabalho, o cuidado com a integridade dos equipamentos do parque e o diálogo direto com os moradores.

Chamou nossa atenção a presença do arame farpado sobre a grade do parque, colocado pelo condomínio de alto padrão que fica na rua de cima, por medo de que suas propriedades sejam invadidas. É compreensível que a sociedade brasileira tenha o medo como componente reativo à violência que a caracteriza. Mas a ostensividade desse aparato de segurança não é justificável.

- Parque Burle Marx

Por mais de duas décadas, este foi o único parque municipal de gestão privada. A Fundação Aron Birmann, criada pelos mesmos empreendedores dos edifícios residenciais luxuosos do entorno do parque, é responsável por sua gestão. Os jardins principais do parque foram projetados por Roberto Burle Marx na década de 1940 para circundar uma mansão nunca construída. A conversão da área em parque público aconteceu em 1995. O parque tradicionalmente tem os jardins bem cuidados e sua visitação é condicionada a uma série de regras, que incluem não andar de bicicleta, não jogar bola e não comer no parque.

As regras para o uso do espaço estabelecidas pela gestão, seja ela pública ou privada, podem sempre ser objeto de discussão e acordo. O aluguel do espaço para festas de casamento chegou a ser limitado pelos moradores do entorno por causa do barulho.

No dia da visita, estava sendo montado um evento da marca Boss, e, ainda que houvesse usuários no playground e na trilha, os outros espaços estavam tomados por montadores e caixas com andaimes e ferramentas. Holofotes giratórios com luzes coloridas já estavam distribuídos pelo jardim, bem como letreiros luminosos da marca. O pergolado de concreto, projeto singular de Burle Marx, estava coberto por uma lona plástica, que parecia ter sido colocada há mais tempo e mantida por conveniência dos

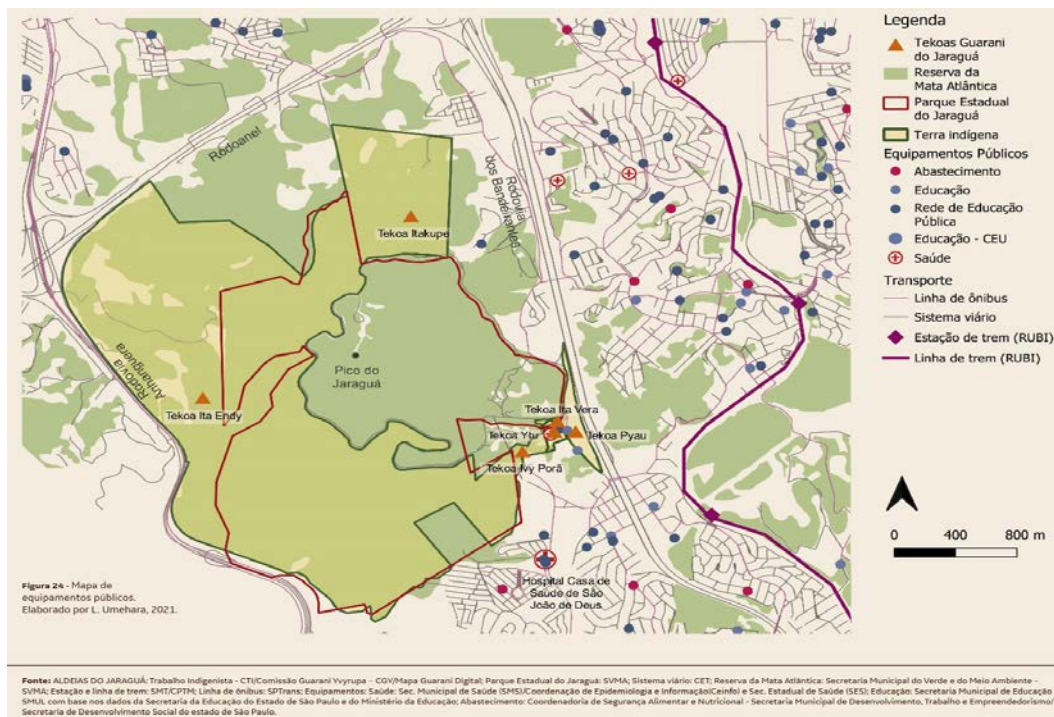
eventos privados. Esse espaço central e emblemático do parque certamente não estava tendo usos compatíveis com seu caráter público.

Reunimo-nos na trilha, junto ao lago, e tivemos momentos agradáveis no parque, mas o jardim histórico de Burle Marx não apresentou condições de ser apreciado.

• Parque Estadual do Jaraguá

O Jaraguá é, ao mesmo tempo, parque natural e Terra Indígena. Os limites do Parque Estadual e da Terra Indígena não são exatamente os mesmos, mas há partes que são comuns e, em 2023, os planos de uso das duas unidades se contradizem (ver figura 2). O plano de manejo do parque não permite, por exemplo, que sua área seja utilizada para moradia. Já para o grupo guarani que teve sua terra ali demarcada não faz sentido estar nela sem habitá-la. Assim, os indígenas vivem em condição de segurança precária, tendo permanentemente que reivindicar seus direitos para que estes sejam respeitados

Figura 2: territórios com sobreposição – a Terra Indígena (área contornada em verde) coincide, em parte, com a do Parque Estadual do Jaraguá (contorno em vermelho).



Fonte: Sakata et al., 2002.

Em 2020, a construtora Tenda avançou sobre parte da área, e coube aos indígenas lutar para evitar a derrubada da floresta. Os guarani também criam abelhas, constroem usando barro e aceitam a parceria das universidades para preservar e difundir seu conhecimento. Nós fomos recebidos pelos líderes Marcio e Jurandir, do Tekoá Ivy Porã, com os quais eu tinha tido contato através da pesquisadora Flávia Assumpção de Godoy Bueno, amiga dos guarani e também palestrante da atividade. Eles nos apresentaram a casa de reza (foto 6), a casa de cultura (em construção) e a trilha de visitação, que estão elaborando para receber grupos escolares, e conversaram com o grupo sobre a visão de mundo guarani. A fala deles é serena, sempre focada no bem maior, e esse contato é muito valioso.

Na segunda visita, o grupo retornou ao Tekoá Ivy Porã, mas também passamos pelo pico do Jaraguá e pelo parque. O parque é bem estruturado e tem construções históricas (uma casa e uma fonte para lavar o ouro). Como não contamos com monitoria, apoiamos-nos na sinalização existente, mas que poderia ser melhorada. Há placas genéricas do tipo “proteja” que, na prática, não significam nada e ainda “ocupam” o espaço com uma peça estranha à paisagem. No pico do Jaraguá, uma participante observou que os fios de energia haviam sido posicionados exatamente na altura dos olhos, justamente em um dos mirantes mais importantes da cidade (foto 7).

Foto 6: Casa de Reza.



Foto: Julio Battaglin.

Foto 7: mirante e fiação.



Foto: Deia Ballario.

- Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo

Um dos participantes do curso, Marcos Antonio Luz, professor de geografia em uma escola vizinha ao parque, fez a apresentação histórica da Zona Leste, do entorno e do parque. A Fazenda do Carmo fora utilizada para a produção de eucalipto, depois foi comprada pela companhia de habitação e, por fim, vem sendo convertida em parque. O Parque do Carmo é considerado um parque urbano e atrai muitas famílias para piqueniques e passeios. O vizinho Sesc Itaquera não é parque público, mas é um equipamento de lazer de massa. O Parque Natural Fazenda do Carmo é o mais novo do conjunto, chamado “parque natural” porque tem foco na preservação da área e não no lazer. Ele possui uma sede construída como modelo de emprego de técnicas sustentáveis e duas trilhas para visitação, uma monitorada e outra que pode ser livre. Nós percorremos a trilha mais curta, com a monitoria do administrador do parque Thiago de Andrade e de um assistente bastante jovem, que encantou a todos com seu comprometimento e competência no desempenho da tarefa. A opção por visitar o Parque Natural, aliás, se deu pela atenção do gestor.

A trilha pela mata oferece muitas oportunidades para a educação ambiental e para experiências positivas com a natureza. A sensação geral é de imersão na Mata Atlântica, mesmo estando tão perto da malha urbana. De um ponto específico da trilha, um participante comentou que era possível observar um McDonald’s ao longe, através da folhagem, fato que

não diminui a importância da trilha e do parque, mas, ao contrário, mostrou que é possível conciliar mundos.

Essa atividade foi acompanhada por Luciana Schwandner Ferreira, que tem realizado pesquisas sobre arborização urbana. A partir das imagens termais de satélite é possível provar que fragmentos de vegetação como o Parque do Carmo têm importante papel na amenização da temperatura local.

- Parque da Ciência Butantan

O Instituto Butantan reformou em 2021 seus espaços livres e qualificou um horto florestal dentro de seu terreno para a visita. Não se trata, portanto, de um parque público no sentido estrito, mas do conjunto de espaços livres de uma instituição, que inclui os museus e fábricas de vacina, também qualificados e abertos à visita pública. Há espelhos-d'água, pisos de granito, roseiras, bancos e deques de madeira plástica e até caixas de som e música nos ambientes externos.

Como era sexta-feira, de fato se observava o uso simultâneo pelos visitantes e pelos funcionários e pesquisadores dos laboratórios, o que potencializou para a visita o fato de ser “verdade” um parque de ciência no qual, de fato, é produzido conhecimento científico.

- Parque Ecológico do Tietê – Núcleo Engenheiro Goulart

No percurso, fomos acompanhados pela urbanista Paula Santoro, que há anos segue de perto as lutas urbanas, como é o caso do bairro Jardim Pantanal, junto ao parque, conhecido pela inundação histórica de 2016, quando passou semanas embaixo d'água. As terras pertenciam a herdeiros que, ao menos oficialmente, não sabiam da existência dela. E o bairro foi sendo ocupado por migrantes cuja renda não era suficiente para a habitação. À margem do planejamento, este território por anos tem sido palco de lutas. Os limites do Parque Ecológico do Tietê continuam em disputa, hoje menos violenta que no passado. A construção da ciclovia foi uma maneira de o Governo do Estado estabelecer um limite. Além da vizinhança com bairros de moradia de rendas mais baixas, o Parque Ecológico do Tietê tem grande extensão margeada por rodovias de muitas pistas de alta velocidade que funcionam como barreiras. A entrada é escondida e um dos públicos característicos são famílias quem chegam de carro para piqueniques e churrascos nos quiosques. Outro público são as escolas, que contam com monitores ambientais, roteiros de visita consagrados e muitos quatis em torno do casarão da monitoria.

A área é grande, e as duas trilhas são extensas, de modo que percorremos uma delas a bordo de um trenzinho colorido. Uma parada do trem foi na chamada Ilha dos Macacos, em meio a um braço do Tietê, que além de macacos tinha muitos pernilongos, urubus e um cachorro afogado que em seguida foi visto vivo, correndo. Um tanto surreal.

Um destaque da visita foi o Museu do Tietê, com dados, fotos, painéis e objetos sobre o rio e sua história. Entretanto, a organização não é clara. Sem monitoria, o conteúdo não é bem compreendido. Os projetos expositivo e visual podem ser melhorados para fortalecer a mensagem.

- Parque Estadual da Cantareira

A Cantareira é nossa maior reserva de Mata Atlântica, fundamental inclusive para o abastecimento de água. Seria muito valioso para a biodiversidade resguardar e ampliar esta matriz florestal, garantindo a área de amortecimento unindo-a com outros fragmentos florestais (SANDRE, 2017). Assim, esta visita foi programada para que os participantes tivessem uma visão parcial mas representativa da Cantareira e uma lição de Ecologia da Paisagem.

A entrada para a trilha da Pedra Grande foi feita pelo Horto Florestal, sob gestão de uma concessionária e com ingresso a R\$ 30,00, valor que foi considerado alto pelos participantes. A manutenção do parque estava muito boa, mas painéis luminosos colocados em meio às árvores com avisos gerais e também com propaganda foram considerados excessivos.

A trilha na chuva, relatada no início do texto, potencializou esta visita (foto 8). Flávio Berchez e Roberto Sakamoto mostraram na prática como se faz Educação Ambiental.

Foto 8: Parque Estadual da Cantareira.



Foto: Francine Sakata.

• Parque Augusta

Este pequeno parque, disputado pela sociedade civil, acabou ficando muito famoso. Os urbanistas sabem que tudo o que acontece nas áreas centrais e nos bairros das camadas de renda mais alta tem mais visibilidade, aparece na imprensa e é discutido pela cidade toda. Assim, a configuração do Parque Augusta foi pauta de longas discussões. O parque foi então qualificado para o uso público e inaugurado em 2021 com caminhos, playground, sanitários, arquibancada junto a um palco-deck, bancos e peças restauradas aqui e acolá que valorizam vestígios arqueológicos.

O grupo encontrou um parque muito bem cuidado e com bastante público de todas as idades e grupos étnicos. A arquibancada (foto 9) é um lugar privilegiado para esperar, conversar e para contemplar o parque e o vai e vem de seres humanos, esta espécie que tanto nos intriga.

Foto 9: nas arquibancada do Parque Augusta.



Foto: Anônimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As impressões dos visitantes são subjetivas, mas as dinâmicas em grupo a partir dessas impressões trouxeram questões que poderão ser desenvolvidas em novas ações pelos participantes e pelos organizadores ou, agora, por quem estiver lendo este texto e contribuir com a visitação e a gestão de parques públicos e, no limite, com a proteção de recursos naturais.

As questões que parecem contundentes ao final da experiência são:

- o valor do monitor para a recepção de visitantes como um personagem do local que ama, cuida e transfere, através de seu acolhimento e seu relato, esses valores;

- o valor da gestão que acolhe e a importância de reconhecer e apoiar seu trabalho;

- a importância da sinalização feita com cuidado, tanto na mensagem quanto no design e no posicionamento, de forma que seja relevante e potencialize a visita, em vez de ser um estorvo;

- a importância da regulação e do design para a inserção de signos de propaganda. A presença das marcas no parque é contraditória em relação ao seu papel de contato e contemplação da natureza e refúgio da agitação urbana, com seus valores de tempo ocupado, consumo, status. O parque tem um papel compensatório em relação às pressões modernas. O incentivo ao consumo e ao entretenimento pago dentro do parque reduz seu papel, e é desejável que ambos sejam limitados. Se é preciso prestigiar um patrocinador, isto pode ser feito com discrição e bom gosto, de forma reduzida e elegante e, ainda assim, ganhar a atenção dos visitantes, de forma até mais positiva;

- a importância do planejamento das exposições e do projeto visual nos espaços expositivos eventualmente presentes do parque, como é o caso do Museu do Tietê;

- os preços cobrados pelas atrações do parque podem onerar as famílias e segregar o público. O ingresso para a trilha da Pedra Grande foi considerado caro, ao contrário dos valores para visitação dos museus no Parque da Ciência Butantan. É preciso ter cuidado para não tornar o parque um lugar não convidativo para jovens de famílias com renda modesta;

- as concessões podem trazer recursos e contribuir para que os parques fiquem “lindos”, mas é preciso estar atento à segregação social que a venda de serviços e produtos acaba incentivando, à presença excessiva das marcas, à falta de transparência e à garantia de participação da população nos processos envolvidos;

- a importância de enfrentar questões “polêmicas”, como o manejo de espécies vegetais com características de invasoras, que se alastram mais rápido que as demais; o manejo das aves no Parque da Água Branca, reduzindo o seu número quando excessivo;

- O comentário mais frequente dos participantes do curso era sobre a falta de informações sobre os parques — como o que oferecem e como chegar até eles — que incentive as pessoas a visitá-los. Era frequente sugerirem o funcionamento de novas linhas de transporte público e a melhoria da informação disponível sobre como os parques podem ser acessados mais facilmente;

Por fim, anoto que esta experiência reiterou que parques com público variado, em dias e horários diferentes, são parques fáceis de gostar. E que parques são espaços privilegiados para fortalecer vínculos entre as pessoas. São ferramentas valiosas para conhecer a natureza e, a partir disto, engajar na preservação.

Ficam meus agradecimentos ao grupo que fez as visitas, sempre muito curioso, generoso e parceiro.

REFERÊNCIAS

- BERCHEZ, Flavio; CARVALHAL, Fabiana; ROBIM, Maria de Jesus. “Underwater Interpretative Trail: Guidance to Improve Education and Decrease Ecological Damage”. *International Journal of Environment and Sustainable Development*, v. 4, n. 2, pp.128-39, 2005.
- BUENO, Flávia Assumpção de Godoy. *O modo de vida Guarani e suas múltiplas paisagens no Jaraguá*, Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- CASIMIRO, Matheus de Vasconcelos. *Os parques públicos paulistanos: a invenção e reinvenção dos casos municipais*. Curitiba: Appris, 2020.
- FERREIRA, Luciana Schwandner. *Vegetação, temperatura de superfície e morfologia urbana: um retrato da região metropolitana de São Paulo*. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. *Parques urbanos no Brasil = Brazilian urban parks*. São Paulo: Edusp, 2002.

NAGANO, Wellington Tohoru. *A experiência paulistana na implantação dos parques lineares: estudo do Parque Linear Itaim*. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAKATA, Francine Gramacho. *Parques urbanos no Brasil – 2000 a 2017*. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____; NEVES, Jennifer et al. *Guia construtivo – Moradias Guarani: da escuta ativa de uma demanda local ao desenvolvimento de uma solução coletiva, interdisciplinar e participativa*. Relatório de pesquisa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SOUZA, Roberto Sakamoto Rezende de. *O papel da legislação e das instituições para a conservação das diversidades ambiental e cultural na Baixada Santista*. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.